

Jornal da Vila O JORNAL DO TRABALHADOR

Ano 2

n.º 14

Maio de 1979

Cr\$ 3,00

ESSA BRIGA É SÓ O COMEÇO

*A luta dos trabalhadores
se amplia a várias categorias
e importantes conquistas
já foram alcançadas — págs. 4 e 5.*



Ramy

Leia também: o movimento da água (página 3), loteamento clandestino (pág. 2), a reforma da CLT (pág. 4) e, pra refrescar, um pouco de televisão na pág. 8.



confirmaram que a prefeitura não mandou nenhum aviso impedindo a construção das casas, e muito menos apresentou processo contra os moradores, para obrigá-los a deixar os terrenos.

«Mandou simplesmente dois caminhões e duas kombis com cinco policiais e seis funcionários da administração regional que passaram a destruir os barracos assim que chegaram, um sábado, mais ou menos oito e meia da manhã», contam os moradores.

E não foi só isso. O que puderam levar de material da construção, como portas e janelas, cimento, telhas, eles carregaram, afirmou José Félix.

Reunidos na segunda feira, dia 7, na igreja do Grajaú, os moradores ouviram do advogado Percival Maricato, que, embora seja proibido por lei construir moradias em terrenos da prefeitura, está só pode mandar demolir a construção depois de abrir um processo e esgotar o prazo dado pelo juiz para que o morador remova sua casa do local. O que a administração regional fez, porém, disse o advogado, derrubando as casas sem processo e levando o material embora, é considerado um roubo, e que está sujeito às penalidades legais.

Nessa reunião, os moradores elegeram uma comissão para tentar, junto à prefeitura, reaver o material que foi retirado, e encaminhar, através do advogado, o pedido de abertura de inquérito administrativo para apurar responsabilidades. Os moradores vão tentar também investigar a atuação do presidente da Sociedade Amigos do Parque Grajaú, Manoel dos Santos, pois conforme declarou aos jornais, foi ele quem avisou a Regional de que as casas estavam sendo construídas no terreno da prefeitura.

Nessa mesma reunião, os moradores, apoiados por cerca de 300 pessoas da região, já começaram a coleta de dinheiro e material de construção, para que os prejudicados pela prefeitura reconstruam suas casas.

PARQUE GRAJAÚ

Prefeitura destrói tudo

O dia 5 de maio vai ficar gravado para os moradores do Parque Grajaú. Nesse dia, muitos deles sentiram na pele a violência da administração pública de São Paulo, quando caminhões da Administração Regional de Santo Amaro, sem qualquer aviso, investiram sobre suas casas recém-construídas em terrenos da prefeitura, derrubando 14 delas, e deixando em pé só aquelas onde as famílias se recusaram a sair de dentro.

As casas tinham sido construídas nos fins de semana e à noite, pois todos são trabalhadores e ficam o dia inteiro no serviço. José Félix Martins, por exemplo, pai de dois filhos, que trabalha em Santo Amaro, contou que foi construir sua casa no terreno da prefeitura porque não tinha mais condições para pagar aluguel, com o salário que ganha.

Todos os moradores que levantaram as casas no terreno do Parque Grajaú

Foto: Nair Benedicto

LOTEAMENTO CLANDESTINO

Decreto beneficia loteador

Durante toda sua administração, o prefeito Olavo Setúbal fez questão de ignorar a existência de loteamentos clandestinos em São Paulo, apesar das muitas idas e vindas de moradores desses terrenos à Prefeitura. Na última delas, dia 13 de março, cerca de 2.500 pessoas, representando 37 loteamentos foram à Prefeitura novamente denunciar como os loteadores usavam as leis para prejudicar os compradores de lotes, e exigir da Prefeitura medidas contra isso. Uma das manobras dos loteadores, esclareciam os moradores, era desmembrar os lotes e oficializar as ruas. Dessa forma, o loteamento deixava de existir, e os compradores ficavam automaticamente responsáveis pela execução das obras exigidas pela prefeitura para regularizar-lhes a situação.

Por outro lado, os moradores pediam também à Prefeitura, no dia 13 de março, que ela cobrasse dos loteadores o pagamento de multas — por eles terem desrespeitado a lei — e de impostos e indenizações pela execução das obras de infra-estrutura dos loteamentos.

O prefeito nem recebeu os moradores. Entretanto, uma semana depois, no dia 22 de março, acabou por assinar um decreto — o 15.764 — onde pretendia regularizar a situação dos terrenos irregulares. Setúbal admitia, pressionado pelo movimento dos moradores, que, afinal a cidade tinha loteamentos clandestinos.

O decreto, porém, é bastante diferente do que foi reivindicado pelos moradores. Nele, a Prefeitura acabou perdendo o loteador proprietário de loteamentos menores de 40.000 m², livrando-o de suas antigas obrigações, e limitou as exigências anteriormente existentes para os loteamentos maiores de 40.000 m². E, finalmente, restringiu a aplicação do decreto

para os loteamentos que existiam antes de 1972, ano em que começa a vigorar a lei do zoneamento na cidade.

"Anistia para o loteador"

«Com o decreto — explica o advogado do Centro de Pastoral Vergueiro, José Mentor — o prefeito aproveitou a pressão popular para mais uma vez beneficiar o loteador. Na realidade, o decreto é uma anistia ao loteador.

Por exemplo, lembra Mentor, o decreto facilita a regularização dos loteamentos menores de 40.000 m² sem exigir o espaço livre para as áreas verdes da prefeitura, permitindo a divisão dos lotes com menos de 8 metros de frente, e ruas de 8 metros de largura. Antes, para serem aprovados, os lotes deviam ter no mínimo 10 m de frente por 25 m de fundos e estarem cortados por ruas de no mínimo 12 m de largura, além da obrigação de reservar neles uma área livre para a Prefeitura.

A única novidade do decreto é o fato de que a Prefeitura vai regularizar apenas os loteamentos que tiverem realizado as melhorias exigidas na lei de zoneamento de 1972, não permitindo mais a manobra do desmembramento dos lotes através da oficialização das ruas. «Com isso, diz Mentor — os compradores podem exigir da Prefeitura que ela determine ao loteador a execução das obras nos loteamentos, ou às execute ela própria, cobrando do loteador, posteriormente, as despesas».

Para que isso aconteça, no entanto, lembra o advogado Marco Aurélio Ribeiro, que assessora moradores de loteamentos na zona sul, «será necessário manter o mesmo movimento popular anterior, porque a prática já demonstrou que os loteadores só atendem às exigências da Prefeitura se forem pressionados pelos moradores».



Foto: Juca Martins



Foto: Nair Benedito

«Queremos água já»

Moradores da zona sul vão a Sabesp pressionar e não confiam em promessas

Representantes dos moradores de mais de 40 bairros da zona sul de São Paulo foram em caravana no último dia 17 à sede da Sabesp entregar um abaixo-assinado solicitando a ligação de água encanada na região.

A decisão de ir à Sabesp, pressionar para conseguir água nos bairros, surgiu na assembléia da zona Sul, que reuniu três mil pessoas dia 6 de maio, e onde seus participantes exigiam que "queriam a água já". Nesta reunião, em vez, de mandar um representante, como prometera, quando foi convidada em abril pelos moradores da região, a Sabesp enviou uma carta, justificando o problema da falta de água. Nesta carta ela explica que a vila São José, Parelheiros, e os bairros vizinhos fazem parte do que a empresa chama "setor Shangri-la", para onde já existe um projeto de ligação de água e esgoto em elaboração, mas que deverá ser iniciado apenas no começo do ano que vem.

Na reunião do dia 6 de maio os moradores mostraram que não estão dispostos a esperar este prazo da Sabesp, porque não acreditam que ele seja cumprido. Eles lembraram também que as condições de saúde na região estão cada vez mais precárias, uma vez que a água dos poços, na maioria dos bairros, está contaminada, conforme as análises comprovadas pelo Instituto A. Lutz.

«Pros ricos, tem água»

"Enquanto os bairros ricos tem água de sobra até para piscinas, nós trabalhadores, não temos água encanada e nem estamos nos planos da Sabesp", dizia a carta aberta que os moradores da zona sul distribuíram na assembléia do dia 6 de maio.

Luis Lobo de Oliveira, um dos participantes dessa reunião, contou como começou o movimento pela água na zona sul, que já tem um ano de vida: "A gente percebeu que sempre que o morador vai sozinho reclamar, ele não consegue nada, fica de mãos abanando. Então, começamos a nos reunir e formar comissão por bairros para discutir o que fazer. Agora a gente se reúne e vai até a Sabesp gritar por água".

Essa união entre os moradores é realizada em todos os bairros que integram o que a Sabesp chamou de "setor Shangri-la", e dela participam inclusive os moradores que já conseguiram trazer a água para o seu bairro. Como é o caso do representante dos moradores de Vila Remo, na comissão: "Nós, lá na vila, já conseguimos a água depois de muita luta. A vitória só foi possível quando o povo lá se organizou e começou a pressionar. Agora nós viemos aqui, porque, mesmo que tenhamos resolvido nosso problema, achamos necessário dar força e apoio aos que ainda estão lutando".

CRECHE

Jardim Miriam aguarda nova resposta

As mulheres do Jardim Miriam esperam até o final deste mês uma resposta da prefeitura para sua principal reivindicação: uma creche onde possam deixar os filhos enquanto trabalham. Desde 1977 que elas pedem à prefeitura o atendimento dessa necessidade, e atualmente, depois de mil idas à prefeitura, pedidos, ofícios e conversas, as mães se dividem para acompanhar, semanalmente, o andamento do processo nos vários órgãos municipais. A resposta da prefeitura deverá incluir, primeiro, a aceitação da reivindicação, que implica na doação de um terreno para a creche, a sua identificação e demarcação, e os trabalhos de arruamento para entrega à construção do prédio.

Dona Palmira, mãe de 10 filhos e uma das organizadoras deste movimento pela creche, que dura dois anos, lembra que o movimento não é isolado. Tem o apoio de pelo menos 46 entidades de mulheres que, localizadas em bairros diferentes da capital, trabalham com o mesmo objetivo — o de conseguirem creches financiadas pelo Estado.

O movimento pela creche no Jardim Miriam ainda é apoiado pelas Associações de Pais e Mestres das escolas locais, pelas igrejas do bairro, e pela Sociedade Amigos, afirma dona Palmira. Essa última, entretanto, tem criado algumas dificuldades para ajudar as mães do Jardim Miriam. Pois, desde que elas realizaram um pedágio na avenida Cupecê, que foi reprimido pela polícia, a SAB do Jardim Miriam pede ofício às mães para ceder o salão da sociedade para as reuniões, e mesmo com ofício, ainda querem

saber qual o conteúdo das discussões e se elas irão se limitar, de fato, apenas ao andamento do processo da creche. Em caso contrário, a diretoria da SAB coloca restrições para emprestar seu salão para as reuniões do movimento.

Os fundos para o movimento

Esse pedágio, que marcou o distanciamento da SAB do movimento pela creche, foi feito em março deste ano. As mães organizaram um show programado para o dia todo — um domingo — e levaram bebidas e salgadinhos para vender na avenida Cupecê, e com isso arrecadaram fundos para sustentar o movimento. Além disso, é claro, pediam contribuições aos carros que passavam. A polícia chegou, quando o pedágio já estava acontecendo. Proibiu todas as atividades alegando que as mulheres não tinham licença para promovê-las. Em consequência, as mães tiveram que desligar o som e se limitar a vender os salgadinhos. Mesmo assim, deu para arrecadar mais ou menos dez mil cruzeiros nesse dia.

E como resultado dessa experiência com o pedágio, as mães do Jardim Miriam pretendem levar adiante a idéia, que já foi desenvolvida no ano passado, de uma cooperativa, onde possam vender coisas que elas próprias confeccionem, para arrecadar dinheiro. A experiência inicial, realizada no ano passado, pouco planejada, reconheceram as mães, já indicou um caminho. Naquela ocasião, com o dinheiro arrecadado em uma feijoada — 7 mil cruzeiros — elas costuraram e venderam aventais a escolares que retomavam as aulas, e organizaram compras coletivas de material escolar.

Parque Bristol protesta no Dia das Mães

Uma peça de teatro, seguida de debate, marcou as comemorações do Dia das Mães no Parque Bristol. Preparado pelo grupo que luta por creche no bairro, o encontro reuniu cerca de 100 pessoas, dispostas a denunciar a falta de creches e parques infantis na região e protestar contra a visão de que a mãe é a "rainha do lar" quando, na verdade, é explorada o ano todo.

A peça — **Vida Dura a do Trabalhador** — apresentada pelo grupo

de teatro da Água Fria procurava mostrar os problemas que uma família enfrenta ao deixar suas terras no interior e vir tentar a vida em São Paulo.

Além da peça, foi discutida a carta de princípios do I Congresso da Mulher Paulista, realizado em março, e que originou o Movimento de Luta por Creches, que congrega 26 entidades e procura unificar as diversas lutas por creches espalhadas por toda a cidade.



"Felizmente, quem está se desenvolvendo no Brasil de hoje é o povo", dizia um jornalista, na última assembléia de campanha da categoria, e a maior de toda a história do sindicato, que reuniu duas mil e quinhentas pessoas na igreja da Consolação.

E exemplos disso, já são concretos no país. No ABC, vimos cair a intervenção, num movimento que mostrou aos metalúrgicos a oportunidade da greve e a consciência de sua própria força. Os funcionários públicos, de outro lado, apesar de não terem conseguido suas reivindicações, continuam lutando para impedir as punições que o governo determinou contra os grevistas.

E os jornalistas e metalúrgicos de São Paulo começam a brigar por aumentos salariais e prometem ir à greve.

O movimento de reivindicação dos trabalhadores, na verdade está mostrando que do seu fortalecimento é que se vai conquistar o direito de participação política nas decisões do país.

"Melhor que uma luta, só duas lutas"

Os líderes sindicais do ABC, especialmente Luis Inácio da Silva vão ter uma tarefa difícil a partir de seu retorno ao sindicato: reconquistar a plena confiança de sua categoria. Na guerra patrões e empregados, os arranhões parecem — e isso não chega a ser novidade — ter sido mais fortes do lado dos trabalhadores.

Tudo começou na assembléia do dia 27 de março, em que o dirigente cassado pediu um voto de confiança aos milhires de trabalhadores que se reuniram no Estádio da Vila Euclides, para negociar durante 45 dias. Lula prometia que se os 11% fossem descontados, se os dirigentes não voltassem ao sindicato, e se os patrões não pagassem os dias parados, ele mesmo proporia a greve.

Nesse meio tempo, a diretoria cassada não deixaria, por um minuto sequer, de desenvolver uma intensa atividade sindical, agora feita na Igreja Matriz de São Bernardo. Ali foram realizadas assembléias com os trabalhadores da Villares, que pararam quando receberam seu pagamento com desconto de 20% dos dias parados, ali os trabalhadores de outras empresas pediam orientação sobre como agir, ali, enfim, era a sede do sindicato. Mas, e acima de tudo, dali eles tentavam conduzir a luta dos trabalhadores pelo aumento de 68% (a proposta dos patrões a essa altura já era de 57% e 63%), do não descontos dos dias parados e da reintegração da diretoria a deposta.

"O homem arreglou"

Dia 13 de maio os operários começaram a chegar ao Estádio de Vila Euclides às oito horas da manhã, para a assembléia marcada para as 10 horas. O acordo assinado na madrugada de quinta-feira já era de conhecimento público, mas ainda não havia uma compreensão total do que havia sido firmado. Os fermenteiros, líderes do movimento sindical na indústria automobilística, por exemplo, manifestavam os primeiros sinais de descontentamento, ao exigirem uma explicação do ex-diretor do sindicato, Djalmir Bonn: «Fazendo as contas, dizia um empregado da Volkswagen, a gente acaba perdendo dinheiro». Enquanto outro afirmava: «Não adianta eles darem 100% de aumento agora, se não nos devolverem o sindicato. Se fica o interventor lá, no ano que vem nem o índice oficial a gente consegue».

Dez horas da manhã, o estádio da Vila Euclides lotado, um dos diretores do sindicato convocou

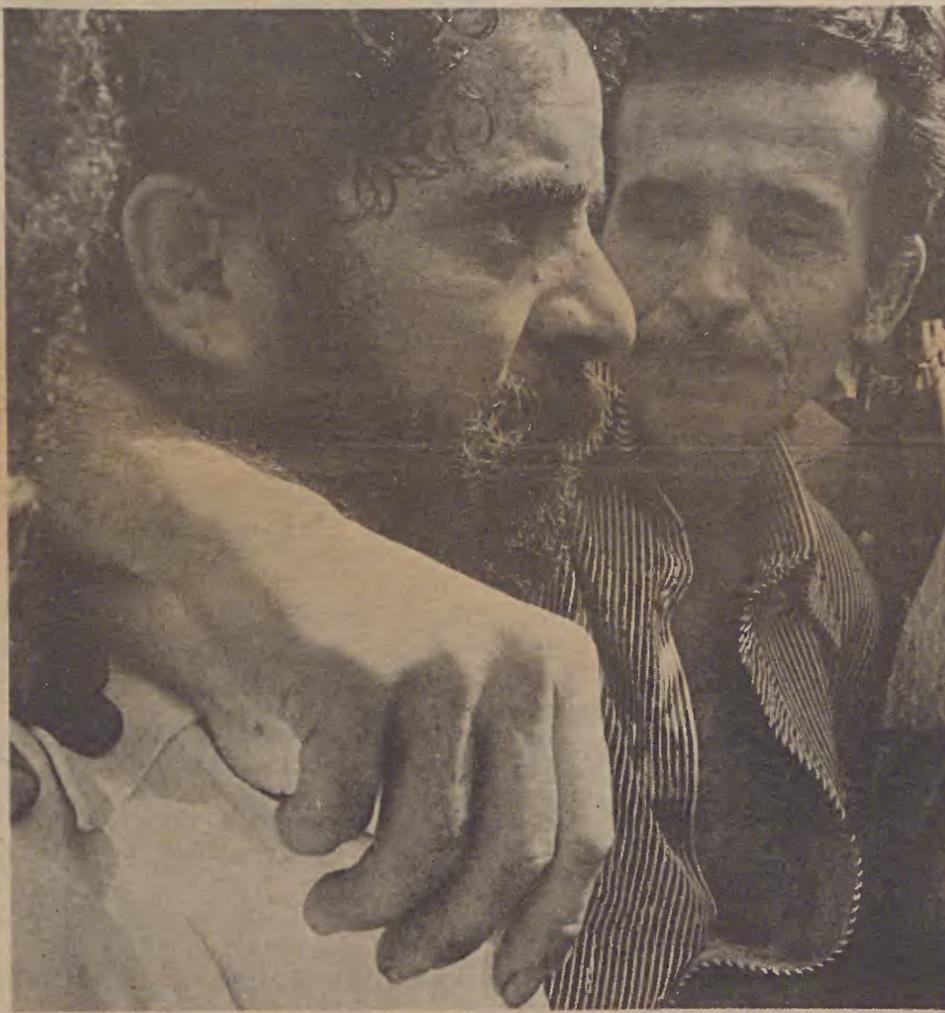


FOTO: JUCA MARTINS

cinco operários de cada empresa para irem até a entrada do estádio, onde Lula os esperava. No meio de um pequeno cerceado, o líder metalúrgico passou a explicar aos trabalhadores que o acordo era péssimo, mas que era preciso não fazer mais greve. Entre os operários alguns saíram do cercado reclamando: «Eles prepararam a gente para a greve de reivindicação e depois pedem para parar»; «Isso é papo furado»; «O homem arreglou». Eram os comentários mais suaves.

Foi assim, num clima de grande tensão, que a assembléia começou. Antes de Lula, falou o operário Enilson Moura, o Alemão, que apresentou uma proposta imediatamente aprovada pelo presentes. Ele afirmou: «Se o sindicato não for devolvido, vamos ocupar a sede no dia 26 e fazer uma assembléia lá dentro, para decidir uma greve».

Em seguida falou o Lula, que tratou de mais uma vez pedir um voto de confiança aos trabalhadores, colocando em tom alarmante: «Se vocês fizerem uma greve amanhã, não dura mais de dois dias, porque no segundo os patrões fecham a fábrica e a polícia vêm em cima de vocês».

Lula explicou também que achava antipática a medida de evitar a greve, e que reconhecia que o acordo não atendia as reivindicações dos metalúrgicos. Considerou, por outro lado, que preferia que a categoria trabalhasse mais para sua organização, para, na próxima luta, enfrentar com um poder de pressão maior a resistência dos patrões.

A assembléia, porém, começou a esvaziar antes que Lula terminasse. Mas, apesar de saírem inconformados, os operários acabaram

aceitando o acordo.

Nos dias que se seguiram, nas fábricas, o ambiente era de irritação. Os trabalhadores que procuravam os diretores do sindicato na Igreja, comentavam: «O pessoal tá furioso. Tão dizendo que o sindicato se vendeu, tão chamando o Lula de pelego. Agora vai ser difícil fazer esse pessoal confiar.».

Manobra patronal

Para agravar a situação, dois dias depois os jornais publicaram uma entrevista de Theobaldo de Nigris, presidente da Fiesp, pedindo a volta dos diretores cassados. Eram os patrões pedindo a volta do Lula. O ex-presidente do sindicato metalúrgico, na mesma tarde, tentaria explicar à categoria que os patrões estavam querendo manobrar. Ele declarou: «Nunca discuti com os patrões a volta ao sindicato. Acho muita cara de pau do Theobaldo de Nigris pedir isso, porque a gente sabe que foi ele quem radicalizou, quando mandou descontar as horas paradas, e foi ele quem pediu a intervenção. Nós não precisamos dele para voltar ao sindicato. Precisamos só dos trabalhadores, porque o sindicato é dos metalúrgicos».

Defendendo-se nesse mesmo dia das críticas que chegaram a ele, dirigidas pelos metalúrgicos contrariados com o desfecho do movimento, Lula ainda diria: «Quem me critica hoje por não ter levado o pessoal à greve, amanhã vai me agradecer por não ter feito isso no momento político que nós vivemos. Eu impedi a greve porque tinha consciência de que era melhor um recuo para evitar que, depois de dois dias, todos voltassem ao trabalho, aí recebendo apenas o índice oficial».

Cai a intervenção

No dia seguinte, o ministro do Trabalho assinou o fim da intervenção, justificando a medida a partir da «decisão dos dirigentes sindicais punidos, de pedirem aos trabalhadores que prosseguissem suas atividades, aceitando o acordo firmado com a Fiesp».

Lula, então, novamente se manifestaria, confirmando a posição que defendera na assembléia de domingo: «O governo não fez mais do que entender o seu erro, acabando com a intervenção. E eu aprendi que é necessário fazer movimento que dure não 60 dias, mas 90 dias. Aprendi que melhor que uma luta, só duas lutas, ainda mais agora que os trabalhadores têm o sindicato para se organizar».

Funcionários

TENTANDO ANULAR AS PUNIÇÕES



Foto: José Maurício

Os funcionários públicos voltaram ao trabalho depois de 34 dias de greve, sem conseguirem concretizar o atendimento às suas reivindicações de 70% de aumento e mais dois mil cruzeiros fixos.

As assembleias que decidiram o fim da greve, realizadas em todos os setores do funcionalismo que paralisaram suas atividades, aprovaram que, num prazo de 30 dias a categoria pressione o governo para a abertura de novas negociações. Nesse período, os funcionários pretendem continuar a mobilização e lutar contra as punições determinadas pelo governador contra 21 diretores de escolas estaduais e alguns membros do comando do movimento.

Apesar dessa posição dos funcionários, o governador Paulo Salim Maluf já decidiu encaminhar nos próximos dias à Assembleia Legislativa, para aprovação, a sua proposta de aumento: além de um abono de dois mil cruzeiros, e antecipação de 20% a ser paga em quatro parcelas de 5% a partir de outubro deste ano, a compensação, por parte dos funcionários, das faltas nos dias de greve.

As muitas pressões

O movimento grevista, embora tenha se alaistrado rapidamente e conseguido o apoio de toda a população, não conseguiu paralisar a

máquina administrativa do Estado, como previam os grevistas no início. As adesões mais importantes se deram nos setores de saúde e educação, os que, consciencientemente, já tinham experiências de paralisações anteriores.

Além disso, o prefeito de São Paulo, com a conivência da maioria da bancada do MDB na Câmara Municipal fez passar uma proposta de aumento aos servidores municipais, retirando, com isso, uma parte dos grevistas do movimento. Maluf, por sua vez, jogou com as armas da intimidação, mandando chamar ao Deops os líderes do movimento e punindo, através da secretaria da Educação, os diretores de escolas que se recusaram a enviar listas com os nomes dos professores em greve.

Por outro lado, a fragilidade das entidades de classe dos servidores muitas das quais em mãos de dirigentes pelegos, dificultaram o trabalho de organização e manutenção do movimento. Um exemplo disso foi a atitude do Centro do Professorado Paulista, presidido pelo professor e deputado Solon Borges dos Reis, que logo nos primeiros dias de greve negociou um acordo em separado, desrespeitando as decisões da coordenação geral do movimento.



Foto: Ricardo Malta

Professores

EM DIREÇÃO AO SINDICATO ÚNICO

Com a presença de 100 professores, tomou posse dia 10 de maio a chapa, 2. «Pró Entidade Única» — de oposição à diretoria anterior da Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP), e que ganhou as últimas eleições com 73% dos votos.

A solenidade, porém, só foi possível depois que o juiz de direito Laerte Nordi concedeu liminar ao mandato de segurança apresentado pela chapa 2, que reivindicava o direito de assumir a direção da entidade. Por manobra da diretoria anterior, em reunião sigilosa, tinha sido empossada, dias antes, a chapa 3, da qual fazia parte o então diretor da APEOESP, Ubirajara Marcondes.

A dificuldades da chapa 3, apesar de ter conseguido franca maioria de votos, se deveram ao fato de ter sido uma chapa de oposição à diretoria da entidade, que durante toda a campanha criticou o peleguismo dos representantes dos professores, e defendeu a luta da categoria por melhores condições

de trabalho e salário. Perdendo as eleições, o grupo que dirige a APEOESP há muitos anos perderia também algumas grandes vantagens que vinha usufruindo. Segundo um dos integrantes da chapa 2, a entidade funcionava como um «imenso escritório de advocacia, comandado pelo prof. Raul Schwinden, ao qual os professores eram obrigados a recorrer para abrir processos na Justiça, sempre pagando por isso».

A luta que a nova diretoria pretende desenvolver é outra: conseguir que os professores tenham condições de trabalho melhores, em seu conjunto, o que diminuirá sensivelmente os processos que são obrigados a abrir individualmente na Justiça.

«Para isso, explica a atual presidente Eiko Shiraiwa Reis, é preciso que a categoria se fortaleça, contando com uma entidade única que congregue os interesses de todos os professores. A partir daí, acredito que podemos atingir nosso objetivo final que é a formação de um sindicato da categoria».

Metalúrgicos de São Paulo

JOAQUIM ARRUMA TUMULTO PARA NÃO DISCUTIR

Para impedir a aprovação da proposta de 30% de aumento, levada pela oposição sindical na última assembleia do dia 11 de maio, o presidente dos metalúrgicos de São Paulo, Joaquim Andrade, conseguiu arrumar um tumulto que terminou a assembleia sem que a questão fosse discutida.

A confusão começou no auditório quando um homem armado de revólver ameaçou um operário da oposição. Aos empurrões, os dois foram se atracando até a porta do sindicato, levando outros trabalhadores com eles. Ali, a briga se generalizou, uma vez que os ânimos já estavam exaltados, porque um grupo de trabalhadores não sindicalizados tinha sido impedido de entrar na sede do sindicato por pessoas postadas à porta a mando de Joaquim. Segundo os membros da oposição, tando os homens que

impediam a entrada como o homem armado que começou a briga, eram policiais.

A assembleia, que contou com 300 trabalhadores, tinha sido convocada para discutir o pedido de antecipação salarial que Joaquim havia levado aos patrões na semana anterior. Alegando que os 16% previstos no acordo feito em novembro pela categoria eram insuficientes, Andrade reivindicava 30%. Dias depois, os patrões respondiam que consideravam os 16% como questão fechada.

Para a oposição, no entanto, a reivindicação deveria ser de 30% de aumento — e não de antecipação. Caso os patrões não cedessem, propunham que os metalúrgicos decretassem greve, discussão que agora deverá ser levada por eles, através de boletins e reuniões, às fábricas.

Jornalistas

A MOBILIZAÇÃO CONTINUA

Numa assembleia realizada dia 16 de maio, que contou com a presença de 2.500 trabalhadores, e que durou oito horas, os jornalistas decidiram continuar as negociações com os patrões, e não iniciar a greve programada para a madrugada daquele dia.

Depois de um mês de negociações com o sindicato patronal, a categoria não recebera, até aquela data, nenhuma resposta positiva a suas reivindicações: aumento de 25% e imunidade para os representantes de redação.

A proposta de greve, apesar de ter contado com os votos da maioria dos presentes (63%) não foi aprovada. Isso porque, no início da reunião, os jornalistas decidiram que, para aprovação, deveria ser atingido um resultado de 2/3 de votos favoráveis, ou seja 66%.

Embora não se tenha aprovado a greve, o movimento dos jornalistas continua. E se nos próximos dias não houver uma resposta satisfatória dos patrões, uma nova assembleia geral da categoria poderá então decretar uma greve geral.

Cai a denúncia vazia.

Por enquanto



Dia 21 próximo se esgota o prazo para a aprovação definitiva do fim da denúncia vazia, quando os inquilinos poderão, finalmente, sentir-se um pouco mais seguros na sua condição de não proprietários. Este é o prazo estabelecido por lei para que o Congresso dê sua palavra final sobre a questão, depois de receber o parecer do presidente Figueiredo enviado aos congressistas dia 16 último.

Em seu parecer o general Figueiredo decidiu manter a denúncia vazia para os imóveis comerciais urbanos, respondendo assim favoravelmente às pressões exercidas pelos grandes grupos imobiliários do país. Com a ajuda da Arena no Congresso é certa que o veto de Figueiredo à extinção da denúncia vazia para os imóveis comerciais será mantido, deixando de existir a medida apenas para os imóveis de aluguel residenciais.

O que importa aos inquilinos destes imóveis, agora, é saber que não podem, de uma hora pra outra, serem despejados sem motivo justificado. Os contratos de aluguel

serão prorrogados automaticamente quando vencidos, e para ter de volta a casa alugada, os proprietários terão que alegar e provar que irão vendê-la, por exemplo, e deverão, no caso, dar ao inquilino prioridade para a compra, em condições iguais as que seriam oferecidas a outros interessados. O proprietário poderá retomar a casa ainda se o inquilino não pagou os aluguéis, ou para uso próprio, ou, em último caso, quando for promover reformas que afetem mais de 20% da área construída do imóvel.

Até 1967 era essa mesma regulamentação que garantia o direito dos inquilinos. A denúncia vazia surgiu neste ano, por pressão dos grupos imobiliários. Segundo eles, só através dela seria possível incentivar o mercado da construção civil. A medida vingou. Mas era válida para os contratos que fossem firmados depois de 67. Com o pacote de abril, de 1977, a denúncia vazia foi estendida a todos os imóveis, mesmo os que estivessem alugados desde antes de 67. As razões que justificaram

as mudanças foram as mesmas de 1967: a necessidade de incentivar o mercado da construção.

O mês passado, para pressionar o Congresso a não aprovar o fim da denúncia vazia, pelo menos para os imóveis comerciais, os representantes dos grupos imobiliários levaram as mesmas explicações do incentivo à construção. Em todas as vezes que foram apresentadas, essas razões escondiam apenas o interesse do setor de poder dispor arbitrariamente dos imóveis para aluguel, a fim de aumentá-los sem ritmo nem critério para estimular com isso o bolso dos proprietários.

Como as pressões do setor imobiliário não vão parar porque a denúncia vazia acabou, será preciso estar atento a questão: Por quanto tempo vai durar essa segurança dos inquilinos? Ela dependerá da pressão que a opinião pública, e entre ela, os trabalhadores assalariados, fundamentalmente, conseguirem exercer contra uma eventual proposta de rerorno, no futuro, da medida.

QUEREM REFORMAR A CLT SEM MUDAR NADA

"Com esse novo projeto de CLT, o governo abre a janela e fecha a porta" — assim definiu o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, Henos Amorina, o anteprojeto de modificação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) que o governo enviará ao Congresso Nacional nos próximos meses.

"Os principais interessados no projeto, os trabalhadores, não foram consultados", opina também Almir Pazzianotto, advogado do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo. "Se ele for para o Congresso Nacional fechado, teremos uma reforma superficial da CLT, mais uma vez feita de cima para baixo, em desacordo com as reivindicações dos trabalhadores".

Essas são as principais modificações da CLT, comentadas pelos dois entrevistados, Amorina e Pazzianotto:

Fundo de Garantia — O anteprojeto mantém, ao mesmo tempo, a estabilidade e o FGTS. Para evitar impedir a rotatividade da mão-de-obra, o empregador pagará multa se em sua empresa, com mais de 50 empregados — demitir sem justa causa mais de 12% dos trabalhadores num período de um ano.

Sobre isso, diz Henos Amorina: "Para as fábricas grandes, essa porcentagem de 12% não representa nenhuma restrição para demitir. Uma Volkswagen, por exemplo, que tem 38 mil empregados, pode dispensar até 4.500 funcionários num ano".

Almir Pazzianotto tem a mesma opinião: "Estabilidade é uma coisa que existe ou não existe. Meias medidas não solucionam a questão. E uma medida mais incisiva seria a criação da estabilidade após o cumprimento do período experimental pelo empregado".

Outra novidade, em relação ao FGTS, é que nos casos das firmas não depositarem o Fundo, quem pagará o empregado demitido será o BNH (para onde vai a maior porcentagem do recolhimento) que, por sua vez, cobrará posteriormente o empregador. "O projeto pretende pagar o



ALMIR PAZZIANOTTO

trabalhador com o dinheiro do trabalhador, diz Pazzianotto, porque o dinheiro do FGTS é o dinheiro de milhões de trabalhadores que compõem um bolo comum. Sabemos também que essa possibilidade do Fundo pagar e depois cobrar das empresas é bastante discutível. O INPS demonstra a incapacidade do governo de cobrar dívidas quando elas são muito volumosas e até do desinteresse pela cobrança se isso põe em risco a própria existência da empresa".

Salário Mínimo — Não serão descontados mais os 8% do INPS para quem recebe salário mínimo. E o salário-família foi incluído nos cálculos de rescisão de contrato.

Para Amorina, o não desconto do INPS significa só uma diminuição do faturamento do INPS, não sendo ônus para o empregador. Isto é: o governo, através da diminuição da arrecadação, é quem aumenta o salário. Além disso, continua ele, em vez de se incluir o salário-família para os cálculos de demissão, seria melhor que ele fosse aumentado para, por exemplo, 10%.

Direito de Greve — Não se modificou a atual lei de greve (4.330), nem o decreto presidencial que a proíbe nos setores considerados essen-



HENOS AMORINA

ciais, e nos serviços públicos.

Pazzianotto considera que o direito de greve deveria ter merecido maior atenção no projeto, "sob pena de continuarmos na situação que vivemos hoje, com os trabalhadores precisando fazer greve contra a lei, o que não deixa de ser uma desvantagem, porque essa greve estará sempre sendo objeto de ameaças".

Organização sindical — Segundo o projeto, o ministério do Trabalho continua a reger a vida sindical, através da mesma estrutura. O que muda é o fato do ministro perder a competência de intervir nos sindicatos, o que passa a ser função da Justiça Federal. Outra mudança diz respeito aos funcionários públicos, que podem se sindicalizar, mas não têm direito à contratação coletiva.

"O poder Judiciário, finaliza Pazzianotto, tem sido muito rigoroso em relação aos trabalhadores. Apressa-se em decretar a ilegalidade das greves, comportando-se de uma forma mais radical do que o poder executivo. Isto é, o governo continua, através da Justiça, se reservando o direito de intervir nos sindicatos. E o que precisamos é de uma organização sindical livre".

Fotos: Juca Martins

ROTEIRO



Grupo Trama apresenta «Uma Refeição em Família»

peça de Domingos Pelegrini
Sábado - dia 19 de maio — às 20 horas
Local: Centro Social Jardim Climax — Av. Padre Arlindo Vieira, 2963
Uma programação do
Centro Social do Jardim Climax com a colaboração do
Grupo Cultural Ciranda

DEBATE

O Centro Cultural de Santa Catarina convida para um debate sobre Sociedade Amigos de Bairros, onde se pretende discutir qual o papel político das entidades de bairro e como fazer com que elas cumpram seu papel.

Local: Centro Cultural de Santa Catarina
Rua Ubatuba, 663

Data: 19/05/79 — Sábado — Horário: 19:30 hs.

anúncios

JOSAFÁ
CREAÇÕES
INDÚSTRIA DE MODAS JEANS

vendas

NO ATACADO, VAREJO E SOB MEDIDA.

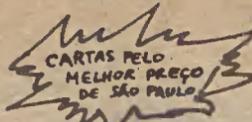
FÁBRICA: Rua Dr. Odilon, 191
Vila Brasilina — São Paulo



AUTO ESCOLA ANCHIETA
de Sergio Pedroso

Aproveite nossa promoção de aniversário! Entre, comprove e inscreva-se como candidato a motorista **AMADOR** ou **PROFISSIONAL** e terá um desconto especial. Instrutores credenciados pelo **DETRAN**. Aulas especiais para Senhoras e Senhoritas. Aulas diurnas e noturnas das 8:00 às 21 h — aos sábados das 8:00 às 18h.

Av. Pe. Arlindo Vieira, 3436
Parque Bristol



ESCOLA DE CABELEIREIROS



ELZA

PROMOÇÃO DE ANIVERSÁRIO
Matricule-se agora e ganhe sensacionais descontos!

temos SAUNA OZONIZADA. TRATAMENTO DE ESTÉTICA FACIAL, MANICURE, PEDICURE, LIMPEZA DE PELE, MAQUIAGEM, etc.
Horários: manhã, tarde, noite.

Av. N. Sra. das Mercês, 1346 ou 1386
Vila N.Sra. das Mercês

ESCRITÓRIO CONTÁBIL MS

Temos a satisfação de comunicar que já estamos recebendo dos Srs. contribuintes as Declarações do Imposto de Renda, com **DESCONTOS ESPECIAIS** para os funcionários de empresas do Bairro.

Fazemos também quaisquer serviços de **DESPACHANTE** junto ao **DETRAN** e à Secretaria de Segurança Pública, **DOPS**, **Forum**, além dos demais serviços costumeiros de contabilidade a preços módicos.
FAÇA-NOS UMA VISITA SEM COMPROMISSO
Av. N. Sra. das Mercês, 669 — Fundos
Vila das Mercês

Escola de datilografia BOM MESTRE

CURSOS de 1 a 12 meses

Rua Evolução, 841
1º andar s/5
V. Moraes

REAL CONTABILIDADE

Contabilidade, assuntos fiscais, aberturas, transferências, encerramentos, contratos, distritos, imposto de renda.

Rua Evolução 841, salas 6 e 8 — V. Moraes.
Fone: 63-4675

BOX AUTORAMA



Loja com pista de competição — equipamentos nacionais e importados.
Rua Silva Bueno, 1105 — Ipiranga

Na Igreja do Parque Bristol, no dia 19 de maio, às 19h30, exibição do filme **Braços Cruzados, Máquinas Paradas**, de S. Toledo Segall e Roberto Gervitz, que conta um pouco da história da oposição sindical metalúrgica de São Paulo, passando pela farsa das eleições sindicais até a greve de novembro do ano passado.



Filmes para passar no bairro

O trabalhador atualmente não é assunto só dos jornais ou da televisão. O cinema também tem se interessado por ele e alguns filmes de curta-metragem mostram isso. Eis alguns dos mais recentes, que podem ser alugados por grupos e entidades culturais que se interessarem:

Greve — de João Batista de Andrade. Trata da greve dos metalúrgicos do ABC, desde a intervenção nos sindicatos. Para consegui-lo, é só ir até a Federação Paulista de Cine-Clubes, r. do Triunfo, 134, 8º, e falar com Diogo.

A Greve de Março — de Renato Tapajós. O assunto é o mesmo: a greve dos metalúrgicos do ABC. Pode ser conseguido também na Federação de Cine-Clubes, a partir do início de junho.

Braços Cruzados, Máquinas Paradas — de S. Toledo Segall e Roberto Gervitz. Está sendo alugado na Fase, r.

Loefgren, 1651, C. 6, por Cr\$ 500,00, com Ademar ou Manoel. Conta a trajetória da oposição sindical metalúrgica de São Paulo desde as eleições para o sindicato até a greve de novembro do ano passado.

Loteamento Clandestino — de Ermínia Maricato. O assunto são os movimentos de moradores de terrenos clandestinos principalmente da zona sul de São Paulo. Pode ser alugado.

Teatro Operário — de Renato Tapajós. Uma discussão em torno do trabalho do grupo de teatro do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Também pode ser alugado na Federação, no início de junho.

Trabalhadores, Presente — de João Batista de Andrade. Fica pronto no dia 4 de junho e mostra o 1º de Maio em São Bernardo e a greve dos motoristas de ônibus. Procurar também na Federação.

Comércio de Máquinas SOBERANO Ltda.

Balcões frigoríficos para: bares, açougues, supermercados, aviões, etc.
Balanças - Cortador de Frios - Estufas - Vitrines - Cafeteiras - Churrasqueiras - Espremedor de Frutas - Fogões Industriais - Assadeiras de Frangos e Caixas Registradoras.

Rua Vergueiro, 6662 - Ipiranga
Fone: 63-4675

Jornal da Vila

EXPEDIENTE:

O JORNAL DA VILA é uma publicação da Editora Caraguatá Ltda., Redação e Administração: Av. do Cursino, 3861 s/4 (V. Moraes).

Diretor Responsável: Laís Furtado Tapajós — MTPS 10.545 SJPESP 4945.

Composição e Impressão: Empresa Jornalística AFA Ltda. Av. Liberdade, 704 — São Paulo

PUXANDO O SACO

Quem assistiu à cobertura da Globo sobre o 1º de maio pôde comprovar mais uma vez que as "informações" dos telejornais distorcem e omitem os fatos políticos importantes, deixando o telespectador mais desinformado do que quando ligou a televisão.

Num dia em que pela primeira vez em onze anos, os atos públicos das oposições e trabalhadores reuniram 150 mil pessoas em São Bernardo, e cerca de cinco mil no Rio, em Belo Horizonte, em Porto Alegre e outras capitais, a Globo só mencionou a manifestação de São Bernardo durante 30 segundos. Isso foi no *Jornal das Sete*, noticiário local de menor audiência e menor importância que o das oito.

O *Jornal Nacional* por sua vez abriu o noticiário dando voz ao ministro do Trabalho, Murilo Macedo, em seu papo de "paz, tranquilidade e trabalho". Em seguida, os locutores anunciaram como se fosse o acontecimento mais vibrante do dia, o começo do concurso para escolha do Operário- Padrão de 79:

Depois, o noticiário mostrou a Olimpíada Global dos Trabalhadores (que a própria Globo promove), os resultados do jogo Atlético x Botafogo, e cinicamente gastou cerca de três minutos "analisando" a partida de futebol que se realizou no Pacaembu à tarde, promovida pelo governo justamente para esvaziar a manifestação de São Ber-

nardo. E não tocou no fato de ter havido concentrações de trabalhadores em todo o país.

O *Jornal da Globo* das 23 horas começou "discutindo" (parecia mais uma propaganda do que uma discussão) o discurso de Figueiredo, levado ao ar em cadeia três horas antes. Para as manifestações populares, dedicou os mesmos 30 segundos, que não dão pra mostrar nada; tempo suficiente apenas

para o locutor contar a mentira de que em São Bernardo, todos os discursos dos sindicalistas "ressaltavam a importância do 1º de maio". Quem esteve lá ou leu os jornais, sabe que eles disseram coisas bem mais importantes.

Enfim, como aula de Moral e Cívica, os telejornais foram perfeitos nesse dia. Puxaram o saco das autoridades, e tiraram as oposições de cena — ou esvaziaram o significado de suas manifestações.

SUPERCADUCO



Cena 1

O Superbronco (Ronald Golias), habitante de um outro planeta que estuda os hábitos dos terráqueos pergunta:
— Pra que serve uma mulher?
— Bem, uma mulher... (risos maliciosos de Milton Moraes, um habitante da Terra) Uma mulher... (mais risinhos).

Cena 2

— Por que eu não posso dormir na sua casa? — pergunta o Superbronco a sua amiga terráquea, Totty (Liza Vieira).
— Ora, Bronco, isso é uma coisa difícil de explicar... (outros risinhos).

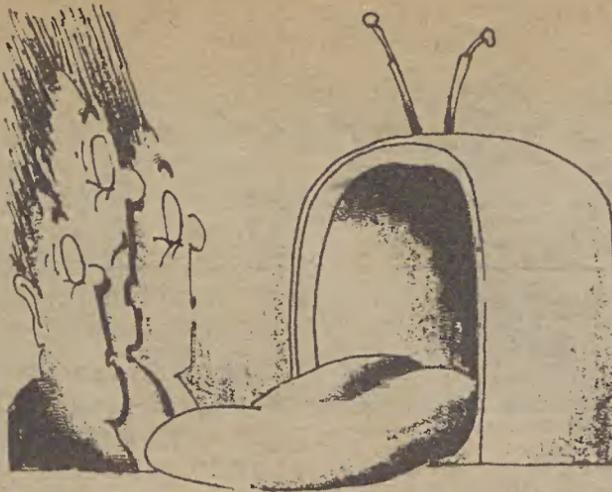
E por aí vai o recém lançado programa de Ronald Golias (Globo, domingo às 18hs), uma sucessão infundável de comentários infantis, maliciosos e sem nenhum humor. No vídeo, a imagem de um Golias barrigudo e tão envelhecido como as piadas que apresenta. O que prova que a Globo continua acreditando que o espectador é débil mental ou que o horário — reservado ao público infantil — deve ser usado para iniciar as criancinhas nos preconceitos sexuais que assolam o país.

De graça?

Agora, no horário nobre dos sábados — 20h25 — o telespectador ganhou um novo programa mensal, transmitido pela chamada Rede Paulista de Televisão: o blá-blá-blá do governador Paulo Salim Maluf fazendo auto-promoção. E o que é pior, sem pagar nada, pois as emissoras estão cedendo o horário gratuitamente.

Contra isso, chiou todo mundo: o espectador que desejaria alguma coisa melhor para a noite de sábado e o MDB que reivindica para si o mesmo direito, já que a televisão é concessão estatal.

Um segundo de TV no horário nobre custa 50 mil cruzeiros, o que provocou do deputado do MDB Fernando Moraes, um comentário irônico. "No regime capitalista, ninguém dá nada a ninguém em troca de nada. Então, é preciso saber o que o sr. Salim Maluf está oferecendo para pagar tanta generosidade das emissoras".



O simpático Professor Sardinha



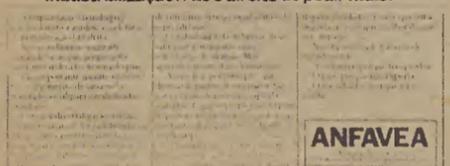
O professor Sardinha do *Planeta dos Homens* arrumou um fã especial: o ministro Delfim Netto, inspirador do personagem interpretado por Jô Soares que, no programa, é o dono de uma cooperativa agrícola, incapaz de distinguir um abacaxi de uma banana nanica.

A admiração do ministro acabou provocando um encontro entre os dois, promovido e convenientemente transformado em capa pela revista *Manchete*, onde Delfim declara a Jô Soares: "Este seu quadro humorístico popularizou o problema da agricultura no Brasil em apenas um mês e de tal maneira que eu levaria um ano para conseguir o mesmo".

Nada a estranhar no entusiasmo de Delfim. Graças ao professor Sardinha, um personagem simpático e engraçado, o ministro está se tornando muito popular. E o chamado "humor político" do *Planeta dos Homens* está servindo, na verdade, para promover junto ao povo o homem responsável, enquanto era ministro da Fazenda em 1973, por manipular os índices de aumento de salário, roubando os famosos 34% dos trabalhadores.



O trabalhador brasileiro conquistou muita coisa com a industrialização. Até o direito de pedir mais.



Patrões atacam de propaganda

Nas vésperas do fim das negociações com os metalúrgicos do ABC, os patrões, através da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) divulgaram pelos jornais um apelo sutil a seus trabalhadores.

Sem mais nem menos os anúncios informavam que um operário metalúrgico da indústria automobilística está bem de vida, ganha bem, e tem todo o auxílio das empresas do setor para trabalhar sem preocupações.

E iam mais longe, ao afirmar que, com a industrialização, os

trabalhadores conquistaram o direito de pedir mais.

Para finalizar, insistiam que patrões e empregados deviam procurar um acordo nas negociações para evitar o impasse onde "tudo pára e todo mundo perde: a indústria porque não produz, o país porque não exporta e o trabalhador porque não recebe".

O que não interessou evidentemente à Anfavea foi lembrar nesses anúncios que os trabalhadores só conquistaram o direito de pedir mais quando enfrentaram as condições precárias de traba-

lho e os salários arrojados com que a indústria em geral lhes "presenteou", e na qual a automobilística se inclui.

É claro também que não interessou à Anfavea lembrar que nas negociações o que conta é o poder de pressão de cada uma das partes. E que ele deve ser apresentado na negociação até as últimas consequências, se for necessário — ou seja, também através da greve. Afinal, esta é a forma mais eficaz que os trabalhadores encontraram, na industrialização, para garantir o seu direito de pedir mais.